

Emenda dá direito ao brasiliense de votar

Maria do Carmo

O Distrito Federal poderá até votar nas eleições do próximo ano, se a proposta de emenda à Constituição, do deputado Alceu Collares, do PDT gaúcho chegar a ser aprovada. Nesta quinta-feira, a proposta, sob nº 38, terá o parecer do relator, o deputado Isaac Newton — que tudo indica será favorável — e terá que ser obrigatoriamente levado ao plenário no Congresso até 16 de novembro deste ano.

Collares está propondo nada menos do que uma representação política que inclua uma Assembleia Legislativa, cuja composição será estabelecida por lei complementar; e representação a nível federal, quando o DF teria representantes, eleitos diretamente pelo povo, na Câmara dos Deputados e Senado, já no dia 15 de novembro de 1982.

Dentro da tese de que é preciso pedir muito, para conseguir um pouco, Collares ousou propor uma Assembleia Legislativa no DF, mesmo sabendo que a representação a nível regional é a que encontra maior barreira junto ao governo.

Entretanto, ele abriu mão de propor a eleição para governadores nos Territórios, e a nomeação, por estes, dos prefeitos municipais, justificando não fazer tal proposta para não desviar do objetivo de criar representação parlamentar em todos os níveis para os eleitores do Distrito Federal.

Existem alguns pontos favoráveis, que permitem a alguns parlamentares, e ao próprio Collares, acalantar a esperança de que a proposta receberá aprovação no Senado. Um destes pontos, seria a adesão do relator, Isaac Newton, quando da coleta de assinaturas à proposta. Ele foi um dos 215 que subscreveu a emenda, 55 dos quais do PDS. Para ser aprovada, a proposta precisa alcançar 211 votos favoráveis e a Emenda Cafeiteira, que também pedia representação para o DF, foi derrotada por apenas 25 votos.

Outro ponto que pode pesar a favor da Emenda é o de que hoje os partidos políticos, embora sem existência jurídica, se encontram melhor organizados do que alguns meses atrás. Supera a casa de 10 mil o número de filiados a partidos políticos no Distrito Federal, segundo seus organizadores. Somente na Oposição, esse número ultrapassa a casa dos 9 mil filiados, ficando cinco mil para o PMDB, 2 mil para o PT e 2 mil para o PP.

A pesar contra, existe, naturalmente, a oposição do governo, frontalmente contra representação política no Distrito Federal. Mas a movimentação para organização de PDS em Brasília vem sendo vista como um indício de que o partido pode aprovar a representação, ainda que apenas em nível federal.

Mobilização popular

Autor da proposta 38, o deputado, Alceu Collares, diz que "há esperanças" em que ela seja aprovada. Mas para reforçar esta esperança, o parlamentar enviou, durante toda a semana passada, telegramas, e cartas às mais variadas associações, aos sindicatos, à Ordem dos Advogados do Brasil, líderes de bairros, e partidos políticos. Nestas cartas, justificando sua proposta, Collares tentava obter uma ampla mobilização para que as galerias do Congresso, exercer alguma influência, no sentido de sensibilizar os parlamentares.

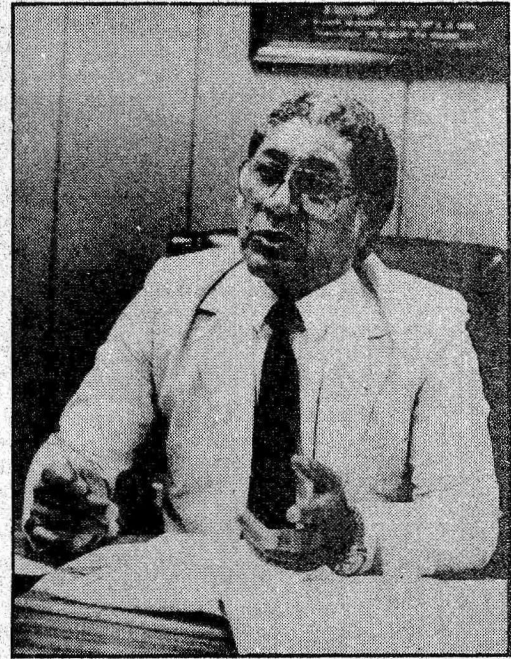
— O brasiliense foi colocado como um analfabeto, na Constituição, e lhe tiraram o direito de votar. Mas ele, vai votar com certeza, afirma Collares. "se não for através desta Emenda, será de outra, não há dúvida", lembrando que "nada justifica a retirada do direito de cidadania".

FREJAT

O deputado, José Frejat do PDT, também acredita que sim. Mas acha que as coisas devem ser feitas, com calma, para não perder nenhuma chance. Por isso, mesmo, ele tem uma proposta, também em tramitação, restrita à eleição de três senadores no Distrito Federal, através de voto secreto, e direto, já a partir do próximo ano, quando dois deles teriam mandato de oito anos e um de quatro anos, possibilitando assim, a renovação alternada a cada quatro anos, por um e dois terços.



Maerle Ferreira (E) quer uma maior participação da comunidade. E Alceu Collares (D) propõe o direito do brasiliense votar já em 82.



Frejat argumenta que a posição do governo não está consolidada quanto ao Senado, e que a proposta talvez venha de encontro ao que o governo quer. Ele diz que nada garante, que o governo seria derrotado, em eleições no Distrito Federal. "Ele pode achar que tem chances de eleger quem quiser".

O deputado, assegura que a luta não é nova, embora neste ano tenha ganho força maior, com apresentação de projetos e mobilização da opinião pública. "A luta vem se fortalecendo com o agravamento dos problemas e crescimento da população. Estamos conscientizados para esta necessidade. O regime que tirou a eleição das capitais, transformando inúmeras cidades em estâncias, é que nega a Brasília, o direito de representação".

O direito ao voto

Os argumentos, a favor ou contra a representação política no Distrito Federal, são os mais diversos. Do lado do governo afirma-se que, com representantes nas casas do Congresso, a população do Distrito Federal exerceria uma pressão muito grande, capaz de tumultuar o bom andamento dos trabalhos. Mas os defensores da representação, desfilam todo um rosário de argumentos, que termina sempre, com o direito de votar e ser votado previsto na Constituição para todo cidadão em gozo de seus direitos políticos.

O senador Saldanha Derzi, do PP por exemplo, é contra a representação embora saliente que seguirá a orientação de seu partido, que, ao que tudo indica, será de voto favorável. Destacando que se trata apenas de uma opinião pessoal, Derzi lembra que Washington não tem representação e que se esta existir no Distrito Federal será realmente um foco de pressão.

O senador Lourival Batista, do PDS, e presidente da Comissão do DF, prefere não perder tempo em explicações. Garante simplesmente que o Distrito não precisa de eleições ou representação, assegurando que seria mais útil somar forças em torno de uma campanha, por exemplo, contra o fumo.

QUESTÃO POLITICA

Maerle Ferreira Lima, o presidente da Comissão Regional do PMDB/DF, lamenta que as forças políticas existentes em Brasília ainda não tenham entendido que a representação só sai através de partidos políticos. Destacando que considera válidos movimentos e debates de associações de classe ou de moradores, ele apela para que estas pessoas, pertencentes a associações que defendem a representação, se unam aos partidos, "qualquer partido", para engrossar a fila da reivindicação.

SEM LEGENDA

Maerle não esconde sua revolta contra os que condenam o direito ao voto à po-

pulação do DF. Cita, como exemplo, "o Golbery, que caiu em desgraça com o governo e agora procura uma legenda para se candidatar. Mas ele mesmo disse que se o povo do Distrito Federal quisesse votar, deveria se mudar, procurar outro Estado. Se ele tivesse sido amigo, seria hoje candidato do DF e certamente seria eleito".

Maerle também condena o posicionamento do senador Bernardino Viana do PDS também da Comissão do DF. Ele conta que temendo um choque entre moradores da Invasão da Vila São José e fiscais da Terracap, num episódio onde ocorreram inclusive prisões, em agosto deste ano, procurou pelo senador que se mostrou muito desinteressado. "O problema era grave e poderia terminar numa chacina. O único que pude dizer, foi que tive o desprazer de entrar no gabinete de um senador que não tem nada a ver com o DF".

Passos Porto, senador, também foi citado. "Quando uma comissão foi pedir a ele que votasse favoravelmente à Emenda Cafeiteira —, Passos Porto foi favorável à Emenda — ele admitiu que votaria a favor por que já não aguentava receber os Incansáveis da Ceilândia procurando para resolver problemas que ele não podia resolver".

COMISSÃO DO DF

Embora o presidente da Comissão do DF no Senado, senador Lourival Batista, do PDS, argumente que não pode reunir a Comissão por não existir assunto ou projeto a ser discutido, Maerle aponta esta como mais uma razão para a necessidade de representação política.

Projetos e propostas

Vários projetos e propostas tramitam atualmente no Congresso tentando obter alguma forma de representação política para o Distrito Federal.

Já aprovado pelo Senado, o projeto de Lei 133/79, está aguardando uma vaga para entrar na pauta da Câmara, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. De autoria do senador Amaral Furlan, do PDS, ele pretende obter o direito de organização partidária no DF, permitindo assim, o reconhecimento jurídico dos diretórios políticos.

O deputado Rubem Figueiró, do PP, em seu projeto 2.951/80, pretende a transformação do Gama, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga em municípios, com sua consequente representação. José Frejat, do PDT, em sua proposta de Emenda, nº 40, pede a eleição de três senadores no Distrito Federal. Por sua vez, o deputado Alceu Collares, também do PDT, na proposta nº 38, amplia esta eleição para deputados federais e estaduais, criando a Assembleia Legislativa do Distrito Federal.